

INTERDISCIPLINARY EXPLORATION OF THE THREE POWERS OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL: Legislative, judiciary, and executive

ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DOS TRÊS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Legislativo, judiciário e executivo

ENFOQUE INTERDISCIPLINARIO DE LOS TRES PODERES DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL: Legislativo, judicial y ejecutivo

Pedro Augusto Bueno E Silva Simões¹

Lêillane Soares Subrinho²

Maria Beatriz Rodrigues De Abreu³

Andressa Mayara Bezerra De Oliveira Lima⁴

DESCRIPTORS

Extension Integrative
Project, Three Powers,
Legal Education,
Citizenship, Active
Methodology.

DESCRITORES

Projeto Integrador
Extensionista, Três
Poderes, Educação,
Jurídica. Cidadania,
Metodologia Ativa.

DESCRIPTORES

Proyecto Integrador
Extensionista, Tres
Poderes, Educación
Jurídica, Ciudadanía,
Metodología Activa.

ABSTRACT: This experience report describes the activities carried out by students in the 3rd semester of the Law program at UNIFACEMA as part of the Extension Integrative Project (PIE), which focused on an interdisciplinary exploration of the Three Powers of the Federative Republic of Brazil: Legislative, Judiciary, and Executive. The project aimed to integrate theoretical knowledge with practical outreach, making legal education more accessible to high school students from the Federal Institute of Maranhão (IFMA), Caxias campus. Through active methodologies such as guided research, educational presentations, informative materials, and theatrical simulations, students analyzed and presented the structures, competencies, and roles of each Power. The dramatizations had a significant educational impact, facilitating the understanding of constitutional concepts and promoting civic engagement. The experience underscored the transformative potential of legal education through extension, affirming the university's role in fostering citizenship and strengthening the Democratic Rule of Law.

RESUMO: Este relato de experiência descreve as atividades desenvolvidas por discentes do 3º período do curso de Direito da UNIFACEMA no âmbito do Projeto Integrador Extensionista (PIE), cuja proposta consistiu na abordagem interdisciplinar dos Três Poderes da República Federativa do Brasil: Legislativo, Judiciário e Executivo. A iniciativa visou integrar o conhecimento teórico com a prática extensionista, promovendo a democratização do saber jurídico junto a alunos do ensino médio do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Caxias. Por meio de metodologias ativas, como pesquisas orientadas, apresentações didáticas, distribuição de materiais informativos e encenações teatrais, os acadêmicos sistematizaram e apresentaram os conceitos, competências e estruturas dos três Poderes. Destaca-se o impacto pedagógico das dramatizações, que facilitaram a compreensão de temas constitucionais complexos e estimularam a participação cidadã dos estudantes envolvidos. A experiência evidenciou o potencial do ensino jurídico extensionista na formação crítica e humanizada, reafirmando o papel da universidade na promoção da cidadania e na consolidação do Estado Democrático de Direito.

RESUMEN: Este relato de experiencia presenta las actividades realizadas por estudiantes del 3º período del curso de Derecho de UNIFACEMA dentro del Proyecto Integrador Extensionista (PIE), cuyo objetivo fue abordar de forma interdisciplinaria los Tres Poderes de la República Federativa de Brasil: Legislativo, Judicial y Ejecutivo. La iniciativa buscó integrar el conocimiento teórico con la práctica extensionista, promoviendo la democratización del saber jurídico entre estudiantes de secundaria del Instituto Federal de Maranhão (IFMA), Campus Caxias. A través de metodologías activas como investigaciones guiadas, presentaciones didáticas, distribución de materiales informativos y dramatizaciones teatrales, los alumnos sistematizaron y expusieron los conceptos, competencias y estructuras de los tres poderes. Se destaca el impacto pedagógico de las dramatizaciones, que facilitaron la comprensión de temas constitucionales complejos y fomentaron la participación ciudadana. La experiencia demostró el potencial del enfoque extensionista en la enseñanza jurídica para una formación crítica y humanizada, reafirmando el papel de la universidad en la promoción de la ciudadanía y el fortalecimiento del Estado Democrático de Derecho.

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Direito-Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão. E-mail: p.buenosimoes05@gmail.com

² Discente do Curso de Bacharelado em Direito-Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão. E-mail: leillane13@hotmail.com

³ Discente do Curso de Bacharelado em Direito-Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão. E-mail: biazrds@gmail.com

⁴ Docente do Curso de Bacharelado em Direito-Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão, Especialista em Direito Civil (ANHANGUERA/UNIDERP). Doutora em Letras (UFPI). Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão - Unifacema. Caxias, Maranhão - Brasil. E-mail: Andressa.lima@unifacema.edu.br

⁴ Psicóloga. Professora auxiliar, Especialista, Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão - UNIFACEMA. Caxias-Maranhão, Brasil, E-mail: lilyanemourapsi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO/CONSIDERAÇÕES INICIAIS



O ensino jurídico contemporâneo tem enfrentado o desafio de conciliar o domínio teórico do ordenamento jurídico com a aplicação prática dos saberes construídos em sala de aula. Diante desse cenário, o Projeto Integrador Extensionista (PIE) surge como uma ferramenta metodológica estratégica para a promoção de uma formação acadêmica interdisciplinar, crítica e socialmente engajada. O PIE, desenvolvido nos cursos de graduação da UNIFACEMA, busca integrar os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de experiências concretas que permitam aos discentes a aplicação dos conteúdos curriculares em atividades voltadas à comunidade.

No primeiro semestre de 2023, os acadêmicos do 3º período do curso de Bacharelado em Direito da UNIFACEMA, vinculados à disciplina “Organização Político-Administrativa e Garantias Constitucionais”, ministrada pela professora Dra. Andressa Mayara Bezerra de Oliveira Lima, participaram da elaboração e execução de um PIE com o tema central “Os Três Poderes e suas Competências”. A proposta teve como objetivo principal desenvolver uma atividade extensionista que proporcionasse aos alunos a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da República Federativa do Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo em que promovesse a difusão desse conhecimento junto a estudantes da educação básica.

O projeto foi idealizado com o propósito de construir uma ponte entre o ambiente acadêmico e a realidade social, permitindo que o conhecimento jurídico fosse traduzido em linguagem acessível e em práticas educativas interativas. Para tanto, os grupos foram organizados de acordo com cada um dos Três Poderes, sendo atribuídas aos estudantes a tarefa

de pesquisar e apresentar, de forma dinâmica e pedagógica, os fundamentos, competências e estruturas institucionais de cada esfera do poder público. As apresentações culminaram em 14 de junho de 2023 em uma ação extensionista realizada no Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus Caxias, com a participação de estudantes do ensino médio.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do Projeto Integrador Extensionista pautou-se na divisão da turma em três grupos, correspondentes aos Três Poderes da República: Legislativo, Judiciário e Executivo.

Cada grupo ficou responsável por pesquisar, sistematizar e apresentar os conteúdos referentes ao poder que lhe foi designado, com liberdade para definir os subtemas, os materiais de apoio e a forma de apresentação que considerassem mais adequada ao público-alvo. A proposta metodológica buscou valorizar a autonomia dos estudantes, estimulando a criatividade, o trabalho em equipe e a responsabilidade coletiva.

Assim, foram utilizadas diferentes estratégias didáticas, como exposições dialogadas, encenações teatrais, produção de folders e banners explicativos, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível, dinâmico e atrativo para os alunos do ensino médio. Essa organização favoreceu uma abordagem interdisciplinar e participativa, permitindo que cada grupo adaptasse seus métodos de elaboração e execução conforme as especificidades do tema abordado, promovendo uma aprendizagem ativa e significativa.

A importância dessa experiência formativa revela-se sob múltiplas perspectivas. Em primeiro lugar, o PIE reforça o protagonismo estudantil na construção do conhecimento, ao incentivar o trabalho colaborativo, a pesquisa aplicada e a criatividade na comunicação do conteúdo jurídico. Em segundo lugar, promove o desenvolvimento de habilidades essenciais à atuação profissional no campo do Direito, como a oratória, a empatia, o raciocínio crítico, a capacidade de interpretação

normativa e a responsabilidade social. Além disso, ao levar o saber universitário para além dos muros da instituição, o projeto reafirma o papel social da universidade e contribui para o fortalecimento da cidadania e da cultura democrática.

Dessa forma, o presente relato tem como finalidade apresentar, com base na experiência vivenciada pelos discentes, o processo de construção e execução do PIE sobre os Três Poderes, destacando as estratégias adotadas, os conteúdos explorados e os resultados obtidos, com ênfase especial na dimensão pedagógica, institucional e cidadã da atividade.

2. RELATO DOS GRUPOS

2.1. Poder Executivo e suas Competências

A abordagem metodológica do projeto referente ao Poder Executivo seguiu os mesmos princípios estruturantes do Projeto Integrador Extensionista, com foco na articulação entre teoria, prática e extensão. A proposta, orientada pela professora Dra. Andressa Mayara Bezerra de Oliveira Lima, teve por objetivo compreender a relevância do Poder Executivo no contexto constitucional brasileiro e sua articulação com os demais Poderes do Estado.

O trabalho iniciou-se com uma pesquisa teórica aprofundada, com base na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 76 e seguintes, além de doutrinas contemporâneas e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. As tarefas foram divididas entre os membros do grupo, que se organizaram em reuniões periódicas, presenciais e virtuais, para discussão dos achados teóricos e definição das estratégias pedagógicas. Um dos principais desafios enfrentados foi a necessidade de traduzir conceitos técnicos para uma linguagem acessível e compreensível ao público-alvo, formado por estudantes do ensino médio da rede pública.

Com vistas a garantir a efetividade da comunicação e o interesse dos participantes, foram planejadas atividades interativas, tais como apresentações com slides ilustrativos, oficinas temáticas e dramatizações envolvendo situações cotidianas que exemplificassem as competências do Poder Executivo, incluindo suas funções típicas (como a administração pública e a execução de leis) e atípicas (como a função normativa e, em casos excepcionais, a função jurisdicional).

A culminância das atividades ocorreu no dia 14 de junho de 2023, no Instituto Federal do Maranhão - IFMA, Campus Caxias, ocasião em que os estudantes apresentaram os resultados do projeto. Durante o evento, os alunos do ensino médio interagiram ativamente com os conteúdos, demonstrando interesse em temas como o papel do Presidente da República, o funcionamento da administração pública e os mecanismos de controle e equilíbrio entre os Poderes.

A experiência metodológica foi enriquecida pelo uso de dramatizações, que ilustraram, de forma prática, a dinâmica entre os Três Poderes, permitindo aos participantes compreenderem, de maneira concreta, os limites, as competências e a interdependência institucional que caracteriza o sistema de freios e contrapesos adotado pela Constituição Federal de 1988. O planejamento cuidadoso das estratégias de apresentação e a mediação do grupo foram essenciais para assegurar a fluidez, a compreensão e o impacto pedagógico da atividade.

2.2. Poder Legislativo e suas Competências

A segunda etapa do projeto voltou-se à abordagem do Poder Legislativo e suas competências constitucionais. Com base no artigo 44 da Constituição Federal de 1988, os estudantes exploraram a estrutura bicameral do Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, além das Assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais. Os

órgãos legislativos foram contextualizados quanto à sua função precípua de produção normativa, bem como às funções de fiscalização, controle e representação do povo.

Desde o início do semestre letivo, os alunos do 3º período do curso de Direito da UNIFACEMA organizaram-se em reuniões presenciais e virtuais para estruturar o desenvolvimento do projeto, sob orientação da professora Dra. Andressa Mayara Bezerra de Oliveira Lima. A primeira etapa consistiu na definição dos eixos temáticos, que contemplaram o estudo da estrutura bicameral do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas estaduais, das Câmaras Municipais, bem como da análise das funções típicas e atípicas do Poder Legislativo, incluindo legislar, fiscalizar, representar e deliberar.

A metodologia adotada foi centrada na aprendizagem significativa, a partir da produção coletiva de materiais didáticos, como banners, folders explicativos, tabelas comparativas, glossários de termos legislativos e infográficos sobre a tramitação das leis e das Propostas de Emenda Constitucional (PECs). Esses materiais foram pensados com o objetivo de tornar acessível aos alunos do ensino médio o conhecimento técnico sobre a atividade legislativa e os desafios da representação democrática.

O ponto alto da experiência foi a encenação de uma sessão parlamentar fictícia, realizada no Instituto Federal do Maranhão - IFMA (Campus Caxias), no dia 14 de junho de 2023. O grupo encenou a discussão e votação da PEC n.º 16/2019, que trata da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. Essa escolha se deu não apenas pela atualidade do tema, mas por representar claramente os trâmites exigidos para uma emenda constitucional, conforme o art. 60 da CF/88, permitindo ilustrar o rito complexo de aprovação de uma PEC: proposição, análise nas comissões, debates em dois turnos nas duas Casas, com quórum qualificado de três quintos dos membros.

Durante a simulação, os estudantes representaram deputados, senadores, presidentes de mesa, relatores e líderes de bancada, cada um com falas ensaiadas e fundamentadas em discursos políticos reais. Foram simuladas estratégias legislativas como obstruções, destaques ao texto, pedidos de vistas e encaminhamento de votação. O cenário foi montado com criatividade e realismo, utilizando recursos visuais e simbólicos (placar de votação, microfones, fichas de projeto, crachás).

Essa encenação transformou os conceitos teóricos em experiência concreta, despertando o interesse dos alunos do ensino médio, que atuaram como "plateia cidadã", podendo interagir ao final com perguntas e comentários. A atividade tornou evidente que o Poder Legislativo vai além da criação de leis, sendo espaço de deliberação, disputa política, defesa de interesses sociais e mediação de conflitos.

2.3. Poder Judiciário e Suas Competências

A etapa final do Projeto Integrador Extensionista (PIE), voltada ao estudo e apresentação do Poder Judiciário, revelou-se como uma das mais densas em conteúdo teórico e uma das mais significativas do ponto de vista pedagógico. Orientado pela missão de compreender o funcionamento e a estrutura do sistema de justiça brasileiro, o grupo de alunos realizou um mergulho aprofundado na organização do Poder Judiciário, com foco em suas múltiplas instâncias, competências constitucionais e papel na concretização dos direitos fundamentais.

A pesquisa teve como ponto de partida o artigo 92 da Constituição Federal de 1988, que elenca os órgãos que compõem o Poder Judiciário nacional. A partir disso, os estudantes organizaram seu plano de trabalho em quatro eixos temáticos: (1) Justiça Comum e Justiça Especializada; (2) Instâncias e competências dos Tribunais Superiores; (3) Princípios processuais constitucionais; e (4) Garantias judiciais e acesso à justiça.

Com auxílio da professora orientadora, o grupo realizou encontros periódicos nos quais foram discutidos textos doutrinários, decisões emblemáticas do Supremo Tribunal Federal e materiais de apoio fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Durante a preparação teórica, os estudantes estudaram com profundidade as instâncias da Justiça brasileira, dividindo o Judiciário em suas ramificações e níveis hierárquicos. Iniciaram pela Justiça de 1ª instância, composta pelos juízes de direito e juízes federais, que atuam diretamente na fase inicial dos processos judiciais, sendo responsáveis por instruir, julgar e proferir sentenças. O grupo compreendeu o papel central do juiz de 1º grau como o primeiro garantidor do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, conforme previsto no artigo 5º, incisos LIV e LV, da CF/88.

A seguir, aprofundaram o estudo das instâncias recursais - a 2ª instância, exercida pelos Tribunais de Justiça Estaduais (TJ) e pelos Tribunais Regionais Federais (TRF). Os alunos aprenderam a diferença entre juízo de primeiro e segundo grau, identificando que a 2ª instância tem por função revisar decisões dos juízes monocráticos, preservando a segurança jurídica e corrigindo eventuais erros materiais ou de direito. Também analisaram a estrutura colegiada dos tribunais, seus órgãos fracionários (câmaras, turmas e seções) e o papel dos desembargadores.

Em seguida, foi abordado o papel dos Tribunais Superiores, situados no topo da pirâmide judiciária brasileira. Os alunos distinguiram entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ), cuja competência é a uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional, e o Supremo Tribunal Federal (STF), responsável por guardar a Constituição e julgar ações de controle de constitucionalidade, como a ADI, a ADC, a ADPF e o controle difuso. A análise foi reforçada por estudo de jurisprudências históricas, como o julgamento da união estável entre pessoas do mesmo sexo

(ADPF 132) e o reconhecimento da repercussão geral.

O grupo também estudou as Justiças Especializadas, compreendendo a razão de existir de ramos específicos do Judiciário, como a Justiça do Trabalho (art. 111 da CF), a Justiça Eleitoral (art. 118), a Justiça Militar (art. 122) e a Justiça Federal. Analisaram as competências de cada uma, a composição dos tribunais e suas peculiaridades processuais. Discutiram, por exemplo, a existência dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e o papel do Tribunal Superior do Trabalho (TST), bem como a função normativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no período eleitoral. Após essa intensa preparação, o grupo planejou uma ação extensionista com dois momentos complementares. O primeiro consistiu em uma explanação teórica dialogada, mediada pelos próprios estudantes, que apresentaram em linguagem acessível a estrutura do Poder Judiciário e o conceito de instâncias, utilizando cartazes, slides animados, um painel ilustrativo da "pirâmide do Judiciário" e vídeos educativos.

Cada instância foi associada a situações concretas do cotidiano, como ações trabalhistas, disputas familiares, crimes de menor e maior gravidade e questões eleitorais. O segundo momento consistiu na realização de um júri simulado com base em um caso fictício de importunação sexual, tipificado no artigo 215-A do Código Penal, introduzido pela Lei n.º 13.718/2018. O processo simulado foi elaborado conforme os trâmites legais do Tribunal do Júri, estabelecidos nos artigos 406 a 497 do Código de Processo Penal. Os papéis foram distribuídos entre os alunos: juiz presidente, promotor de justiça, defensor público, vítima, réu e testemunhas, havendo ainda um corpo de jurados composto por alunos do ensino médio.

O julgamento reproduziu fielmente as fases do júri popular: leitura da denúncia, oitiva das testemunhas, interrogatório do réu, debates entre acusação e defesa, quesitação aos jurados e proclamação da sentença. A simulação respeitou os

princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, proporcionando um ambiente formativo e realista. A encenação foi precedida por uma breve contextualização do papel das instâncias recursais no processo penal: o grupo explicou que, mesmo após a decisão do júri, há possibilidade de recurso para o Tribunal de Justiça, e, em casos excepcionais, para os tribunais superiores, quando houver afronta à Constituição ou divergência jurisprudencial.

A simulação teve um efeito marcante entre os alunos visitantes, que se envolveram ativamente com os personagens, fizeram perguntas ao final e expressaram surpresa com a complexidade do processo judicial. O grupo extensionista distribuiu ainda folders explicativos com a estrutura do Judiciário, exemplos de competências das instâncias e informações sobre como os cidadãos podem acessar a justiça gratuitamente por meio da Defensoria Pública. Ao final, os participantes do projeto relataram que o estudo das instâncias lhes proporcionou uma visão completa do Judiciário brasileiro, desmistificando a ideia de que apenas o STF toma decisões relevantes. Reconheceram que desde o juiz de primeiro grau até os tribunais superiores, cada instância tem papel decisivo na construção da justiça e na proteção dos direitos humanos. Essa compreensão hierarquizada e sistêmica da justiça foi essencial não apenas para consolidar o aprendizado teórico, mas também para desenvolver habilidades práticas como argumentação jurídica, produção de peças simuladas, interpretação da lei e trabalho em equipe.

3. CONCLUSÕES



A execução do Projeto Integrador Extensionista (PIE), com o tema “Os Três Poderes e suas Competências”, superou significativamente as expectativas iniciais traçadas pela equipe docente

e discente envolvida. Desde os primeiros encontros de planejamento, esperava-se que a atividade possibilitasse aos estudantes do curso de Direito a aplicação prática dos conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula, especialmente no que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro e à atuação dos poderes constituídos.

No entanto, os resultados alcançados evidenciaram não apenas a assimilação efetiva do conteúdo jurídico, mas também o amadurecimento intelectual, emocional e comunicacional dos alunos envolvidos. A proposta de dividir a turma em três grupos autônomos, cada qual responsável por um dos poderes da República, favoreceu uma dinâmica metodológica participativa e democrática. Essa estrutura possibilitou que os alunos se apropriassem do conteúdo de forma colaborativa, tivessem liberdade para definir os enfoques temáticos, escolhessem as formas de abordagem e utilizassem estratégias pedagógicas condizentes com o perfil do público-alvo - estudantes do ensino médio. Essa liberdade criativa foi essencial para despertar o interesse dos discentes e motivá-los ao engajamento contínuo, refletido na qualidade das apresentações finais, na profundidade dos debates propostos e na atenção aos detalhes durante a elaboração dos materiais informativos (folders, banners e roteiros teatrais).

A adesão dos alunos ao projeto foi surpreendentemente positiva. Ao longo do semestre, os grupos demonstraram comprometimento, pontualidade, senso de responsabilidade e interesse genuíno em transformar o conteúdo jurídico em conhecimento acessível. Houve um envolvimento efetivo na pesquisa, na produção de materiais e nos ensaios das apresentações, o que revelou a capacidade dos estudantes de atuarem de forma crítica, propositiva e sensível aos desafios sociais. A culminância do projeto, ocorrida no auditório do IFMA - Campus Caxias, foi marcada por uma atmosfera de entusiasmo, respeito mútuo e troca de saberes. Os alunos do ensino médio mostraram-

se atentos, participativos e receptivos às atividades, fazendo perguntas pertinentes, interagindo com os temas apresentados e demonstrando interesse pelos assuntos jurídicos e políticos discutidos. Os resultados obtidos vão além da assimilação de conteúdos constitucionais.

Os estudantes desenvolveram competências fundamentais para a vida acadêmica e profissional, como a oratória, o trabalho em equipe, a empatia, a escuta ativa, a gestão do tempo, o uso de linguagem acessível e a capacidade de dialogar com realidades diversas. Além disso, o projeto favoreceu uma compreensão mais crítica sobre o funcionamento das instituições públicas e o papel da cidadania ativa na consolidação da democracia.

A experiência permitiu, ainda, uma reflexão aprofundada sobre temas sensíveis como violência de gênero, seletividade legislativa, morosidade do processo político e os limites e potencialidades do sistema de justiça. Nesse sentido, o PIE demonstrou-se não apenas como uma ferramenta pedagógica eficaz, mas também como um instrumento de transformação individual e coletiva. O contato direto com a comunidade escolar, a preocupação com a linguagem inclusiva e o desafio de tornar o conteúdo técnico compreensível reforçaram o compromisso ético dos estudantes com a promoção dos direitos fundamentais e com a educação como vetor de cidadania.

Diante disso, conclui-se que o Projeto Integrador Extensionista cumpriu integralmente seus objetivos formativos, extensionistas e sociais, sendo uma experiência que permanecerá como marco na trajetória acadêmica dos alunos e, ao mesmo tempo, como contribuição concreta ao processo formativo dos estudantes do IFMA. A continuidade e o aprimoramento desse tipo de atividade devem, portanto, ser incentivados e institucionalizados como parte estruturante da formação jurídica comprometida com a justiça social e com a construção de uma sociedade mais democrática, consciente e inclusiva.